



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNESP
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO: PUBLICIDADE E PROPAGANDA

CAMILA DE ALBUQUERQUE NASCIMENTO

A PERMISSÃO DE SER PRETA:

Uma análise do colorismo na mídia brasileira.

**CABEDELO - PB
2020**

CAMILA DE ALBUQUERQUE NASCIMENTO

A PERMISSÃO DE SER PRETA:

Uma análise do colorismo na mídia brasileira.

Artigo Científico apresentado ao Curso de Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda do Centro Universitário UNIESP, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de bacharel.

Orientador(a): Prof. Artur Maia

**CABEDELO - PB
2020**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado

N244p

Nascimento, Camila de Albuquerque.

A permissão de ser preta: uma análise do colorismo na mídia brasileira [recurso eletrônico] / Camila de Albuquerque Nascimento. – Cabedelo, PB: [s.n.], 2020.

26 p.

Orientador: Prof. Me. Artur Barbosa Lima Maia. Artigo (Graduação em Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda) – UNIESP Centro Universitário.

1. Redes Sociais. 2. Colorismo. 3. Mídia brasileira. 4. Identidade Negra. 5. Negros – Mídia. I. Título.

CDU: 658.8

A PERMISSÃO DE SER PRETA:

Uma análise do colorismo na mídia brasileira

Camila de Albuquerque Nascimento –
encaminhapracamila@gmail.com¹

Artur Maia –arturblmaiauniesp@gmail.com²

RESUMO

O que prova a nossa negritude? Herança cultural, genética ou memória ancestral? Nos últimos anos, emergiram na sociedade discussões acerca de temas que são como feridas sociais. Alguns fenômenos coloniais arrastam-se na história e escorrem para a realidade do hoje, interferindo nas estruturas de relação e sustentando conceitos arcaicos que começam a incomodar. Neste trabalho, refletimos como pessoas percebem e discutem os aspectos do colorismo instituído à mulher negra, assim como sua reprodução na publicidade. Para a construção dessa pesquisa, nos amparamos em estudos sobre negritude, identidade negra e racismo colonial, através de autores como Muganga (1999), Oliveira (2004), Harris (2008), Silva (2017) e Santos (2018). Buscamos compreender as posições dos indivíduos a partir de percepções dos Estudos Culturais sobre identidade, internet e redes sociais, aqui sustentados por Hall (2006), Sibilia (2010), Vassalo (2011), Debord (1997) e Bauman (2001). A observação desses campos de discussão em rede levou-nos a crer que a consciência acerca do colorismo institucional não é unânime dentro dos movimentos negros, revelando uma rachadura identitária que aborda, enfrenta e assalta o *status* de identidade do outro. Na construção de conflitos, o colorismo estrutural resulta em danos como a negação ao outro e o enfraquecimento da identidade como um todo.

PALAVRAS-CHAVE: Colorismo; Redes Sociais; Identidade Negra; Negros na mídia.

ABSTRACT

What proves our blackness? Cultural, genetic or ancestral memory? Lately, discussions have emerged in society on topics that are like social scars. Some colonial events are dragging through history and running into today's reality, interfering in the structures of relationship and supporting archaic concepts that start to bother. In this work, we reflect on how people perceive and discuss the aspects of colorism instituted for black women, as well as its reproduction in the media. For the construction of this research, we rely on studies on blackness, black identity and colonial racism, through authors such as Munanga (1999), Oliveira (2004), Harris (2008), Silva (2017) and Santos (2018). We try to understand the positions of individuals from the perceptions of Cultural Studies on identity, internet and social networks, supported here by Hall (2006), Sibilia (2010), Vassalo (2011), Debord (1997) and Bauman (2001). The observation of these fields of network discussion has led us to believe that consciousness about institutional colorism isn't unanimous within black movements, revealing an identity crack that addresses, faces and assaults the identity status of the other. In the construction of conflicts, structural colorism results in damages such as the denial of the other and the weakening of the identity.

¹ Qualificação do autor

² Qualificação do orientador

KEYWORDS: Colorism; Social networks; Black Identity; Black people in the media.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, com a ascensão de novos recursos tecnológicos, que colocou o indivíduo em evidência, houve um rompimento das paredes da subjetividade e evidenciamento do comum, do ordinário. Projetamos nossas individualidades nos espaços online, amplificamos nossas vozes e ganhamos audiência, fato que reforça e/ou combate nossos discursos (Sibilia, 2008). A passagem que marca essa projeção é recente e ganhou força nos últimos 20 anos. Passamos a questionar mais os valores das marcas e personas que consumimos, cobrar posicionamentos e enfrentar o senso comum, buscando validar nossas identidades e confrontar o socialmente inaceitável, especialmente nas redes sociais digitais.

A agenda social de debate teve seus processos modificados. Através da ubiquidade, conectividade e mobilidade, o sujeito passou a ter novos recursos para marcar território identitário, envolver a audiência nos seus ideais, catapultar sua mensagem e gerar discussões online que buscam escorrer para as implicações da vida real (Santaella, 2013). Na busca por firmar a própria identidade, os indivíduos pós-modernos criam movimentos sociais digitais que buscam corrigir uma mensagem que parece errada.

Esse comportamento é visto com certa frequência nos espaços midiáticos. Ao não se reconhecer na projeção - ou considerar a representação incorreta - indivíduos e grupos sociais manifestam sua posição nos espaços digitais, a fim de reconfigurar a mensagem passada. Uma das pautas que tem crescido no alcance de debate diz respeito à representação da mulher negra na mídia, especificamente nas estruturas hierárquicas que o colorismo fomenta neste grupo.

Apesar das discussões mais construtivas acontecerem neste novo século, o termo “colorismo” foi cunhado pela primeira vez em 1982, pela escritora Alice Walker, que buscava explicar o processo de discriminação quanto à cor da pele de uma pessoa. Para a autora, quanto mais escuro o tom da pele de uma pessoa negra e mais visíveis seus traços característicos da raça, maiores são as chances dessa pessoa enfrentar situações racistas. Portanto, quanto mais clara a pele de um negro, mais chances ele tem de passar imune a ocasiões racistas.

Em linhas gerais, o colorismo funciona como um fator determinante que gera discriminação apenas pela leitura de tonalidades de pele. É um assalto à consciência do ser negro, que visa, sobretudo, diminuir a unidade da identidade negra. Essa discussão gera embates sobre o que é ser negro e firmar-se negro. Quem valida nossa identidade enquanto pessoa negra? É visível um esforço social e acadêmico nas contribuições desse debate. A partir do debate do

colorismo passamos a discutir pontos como passibilidade branca e afro conveniência e buscado espaços democráticos para construir transformações.

Um estudo realizado pela Mindminers, em 2019, mostrou que 40% das mulheres negras brasileiras não se veem representadas na publicidade. O dado revela que as estruturas do colorismo colonial escorreram para a sociedade atual, gerando um padrão ideal do que é ser negro. Quanto mais próximo ao tom branco, melhor.

Compreender o colorismo é um processo delicado inclusive dentro do movimento negro brasileiro. Um conceito importado, adaptado, abasileirado e, muitas vezes, subjetivo. “Ditadura da melanina”, “negrômetro”, “régua de pigmento” e outros termos pejorativos foram muito utilizados à época em que o termo foi disseminado, sendo um processo doloroso para muita gente. É um exercício de enxergar e acolher as dores de terceiros, de tentar fazer um movimento sobre isso, de ajudar das formas que estão ao nosso alcance. Reconhecer os privilégios é também dar voz aos que não possuem, dentro dos espaços onde posso circular e ser ouvida. Neste caso, espaços acadêmicos onde o colorismo ainda é pouco pesquisado.

Neste trabalho, buscou-se entender como se dão os processos de formação, entendimento e enfrentamento ao colorismo nas discussões em rede. Através da análise de um caso público, mapeamos discursos comuns que tentam validar ou reconfigurar os conceitos que interessam a esta pesquisa. Para tal, foi estudada uma análise de um caso famoso que gerou repercussão nas plataformas digitais.

O objeto de análise é Fabianna Cozza, cantora e atriz que foi convidada para interpretar o papel de Dona Ivone Lara, a mais importante mulher sambista brasileira, em um musical que homenagearia a dama do samba após sua morte, em 2018. A polêmica que gerou discussão dentro do movimento negro partia da premissa que Fabiana não era negra o suficiente para interpretar Dona Ivone, de pele retinta. Filha de mãe branca com pai negro, a atriz teve sua identidade negra anulada através das estruturas do colorismo. Fabiana renunciou ao papel e mostrou-se frustrada com a segregação dentro do próprio movimento.

Esta análise irá ajudar, enquanto parte da academia, a entender os níveis de representação, passibilidade branca e embates identitários na comunidade negra presentes e articulados no ciberespaço, temas que, como já mencionado, têm ganhado novas camadas de debates que buscam minimizar as consequências da prática colonial.

2. METODOLOGIA

Para entender os processos de sua estruturação e efeitos a partir de atores sociais em redes, nos valem de técnicas da etnografia digital, que ajuda na construção de uma análise observatória e interativa, registrando nuances do comportamento interpessoal no ciberespaço.

A etnografia digital, segundo Fragoso et al (2011), parte da imersão do pesquisador em discussões e grupos focais com objetivo de medir e entender os discursos ali construídos, replicados e enfrentados, e pode ser compreendida tanto quanto método como resultado de pesquisa. O objetivo é formular entendimentos mais densos das práticas sociais de um ator social em rede, analisando aspectos subjetivos e coletivos que contemple as teias de significados a respeito do colorismo e suas implicações midiáticas frente à mulher negra.

Somado a este método, para que se possa entender como funcionam essas relações e jogos de poder que se dão entre os atores sociais em rede, precisamos também olhá-los por uma perspectiva que Herring (2004 e 2013) chama de Computer Mediated Discourse Analysis (CMDA) - Análise de Discurso Mediada pelo Computador - que foca, sobretudo, na linguagem e no seu uso nos espaços on-line. A autora desconstrói o método de análise do discurso para encaixá-lo no ambiente digital, o que nos guiará de forma mais adequada na fomentação deste trabalho.

Importa frisar que a CMDA foge dos moldes tradicionais da análise do discurso a qual estamos academicamente adaptados. Há, claro, uma aproximação com a Análise Crítica do Discurso, mas aqui, dentro da CMDA, ela se torna mais abrangente e flexível para compreender todo o espectro proposto. Dentro deste método, há quatro níveis de análise: estrutura, sentido, organização da interação e fenômeno social. Junto ao pesquisador, esses níveis serão decodificados e interpretados, resultando em análises em cima dos discursos produzidos em ambientes com diferentes modos, como é o caso de redes sociais.

Para o recorte analítico desse trabalho, trazemos o resgate de algumas publicações nas redes sociais assinadas por perfis oficiais de veículos de comunicação, tentando mensurar a recepção e engajamento da audiência acerca do tema. Também trazemos um recorte do próprio objeto de estudo aqui proposto: a carta aberta ³de Fabiana Cozza publicada no Facebook em 03 de junho de 2018, onde renuncia o papel em um desabafo textual sobre o enfraquecimento do movimento negro pelas estruturas sociais do colorismo.

³ Carta aberta de renúncia ao papel por Fabiana Cozza publicada no Facebook da atriz: <https://www.facebook.com/fabianacozzacantora/posts/1679941235394341>

Para construir essa mensuração qualitativa, partimos de uma exploração bibliográfica de autores que debatem sobre conceitos como a mestiçagem no Brasil, através de Muganga (1999), Oliveira (2004), Harris (2008), Silva (2017) e Santos (2018), a integração do negro na sociedade de classes, aspectos do branqueamento social, além das dimensões das frentes racistas e antirracistas no Brasil (Guimarães, 2016). Os estudos culturais, Debord (1997), Bauman (2001), Hall (2006), Sibilia (2010) e Vassalo (2011) nos dão noções da identidade pós-moderna e da identidade negra para construirmos uma ponte de entendimento do colorismo institucionalizado.

3. A ORIGEM DA QUESTÃO DO COLORISMO NO BRASIL

Antes de pensarmos no colorismo enquanto tema de discussões sociais nos ambientes digitais - e seus escorregamentos para outras mídias -, é importante entendermos o contexto histórico do fenômeno. O colorismo é um artifício implantado no imaginário social a partir da miscigenação do Brasil colonial de 1888. À época, com a abolição da escravidão no país, a elite brasileira afluente a ideia da construção de uma identidade nacional branca soberana e usou técnicas eugenistas para tentar embranquecer a população. Os intelectuais da época seguiam uma lógica biologista equivocada de que o cruzamento de brancos com pretos e indígenas resultaria em uma hegemonia branca hereditária (Munanga, 1999).

Para além da imaginação onde esse processo acontece de forma pacífica, a miscigenação se firmou em uma narrativa violenta, com inúmeros registros de estupros. Os apontamentos do autor sinalizam os jogos de poder envolvidos no processo de miscigenação no Brasil:

Se os brancos não hesitaram em manter relações sexuais com as mulheres negras, índias e mestiças, isso não significa em absoluto que aceitaram os princípios de igualdade racial. Visto dentro desse contexto colonial, a mestiçagem deveria ser encarada primeiramente não como um sinal de integração e de harmonia social, mas sim como dupla opressão racial e sexual, e o mulato como símbolo eloquente da exploração sexual da mulher escravizada pelo senhor branco. Embora o casamento com uma mulher de outra “raça” possa ser interpretado como símbolo de uma grande tolerância, é preciso dizer que os casamentos desse tipo foram muito raros. (MUNANGA, p. 29, 1999)

Apesar de não ter atingido o principal objetivo, que era o de embranquecer completamente a população a partir da crença de que os fenótipos da raça branca se sobressairiam aos de pretos e índios, a miscigenação criou barreiras invisíveis dentro da própria interpretação do que é ser negro.

A criação de um leque de tons, do mais branco ao mais preto, serviu – e tem servido até hoje – como uma escala social de acesso a direitos e oportunidades. De forma prática, quanto

mais próximo ao tom branco, mais privilégios podem ser alcançados, conforme elabora Harris (2008, p.32):

[...] a pigmentocracia traz consigo noções de valor hierárquico que os espectadores colocam em tais tons de pele. Tons de pele mais claros são, portanto, mais valorizados do que tons de pele mais escuros. Tais preferências têm implicações sociais, econômicas e políticas, já que pessoas de tons de pele mais claros eram frequentemente - e estereotipicamente - vistas como mais inteligentes, talentosas e socialmente graciosas do que suas contrapartes negras mais escuras. Negros mais escuros eram vistos como não atraentes, de fato feios e geralmente considerados de menor valor. Os padrões europeus de beleza dominaram um povo africano durante a maior parte.

Mais tarde, a intervenção desumana teria consequências nas estruturas sociais e semearia conflitos de identidade do que é ser negro. As políticas públicas construídas no início do século XX garantiram que a segregação racial permanecesse enraizada na identidade do país e provocasse efeitos dentro do próprio sistema de reconhecimento. O que faz de alguém negro, afinal? O questionamento, apesar dos recentes embates nos espaços digitais, foi dissolvido dentro da estrutura social de compreensão da própria identidade. Crescemos com nomenclaturas que nos rotulam – enquanto pessoas de cor – como mais ou menos negro, mais ou menos privilegiado, mais ou menos enfrentamentos a situações racistas.

Na instituição oficial que mensura índices de raça no Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a classificação se dá por autodeclaração, com a incisão do termo “Pardo” no questionário, sendo, inclusive, a opção mais escolhida segundo dados do censo 2017: 46,7% dos brasileiros se autodeclaram pardos. Vemos isso como um reforço à ideia de mestiçagem, conforme nos aponta, novamente, Munanga (1999):

A mestiçagem [...] desembocaria numa sociedade inicial e unicultural. Uma tal sociedade seria construída segundo o modelo hegemônico racial e cultural branco, ao qual deveriam ser assimiladas todas as outras raças e suas perspectivas produções culturais. O que subentende o genocídio e o etnocídio de todas as diferenças para criar uma nova raça e uma nova civilização brasileira, resultantes da mescla e da síntese das contribuições dos 'stocks' raciais originais. Em nenhum momento se discutiu a possibilidade de consolidação de uma sociedade plural em termo de futuro, já que o Brasil nasceu historicamente plural. (MUNANGA, p.151).

O embranquecimento é uma prática eugenista colonial de segregação, pensado em sua estrutura para branquear a população brasileira, recém independente e abolicionista, e enfraquecer o entendimento da cultura negra no país, fomentando a ilusão de uma população hegemonicamente com fenótipos europeus.

A elite intelectual brasileira, à época, definiu o branco europeu como biotipo ideal de representação à imagem do Brasil, cabendo aos negros e índios a imagem de raça inferior e fomentando, a partir daí uma escala de valorização baseada na cor da pele, conforme pontua Silva (2017, p.7):

Estabelecida a realidade de que os negros iniciavam sua vivência na sociedade brasileira como homens e mulheres finalmente livres, sentiu-se a necessidade de frear possíveis influências que esta imersão negra poderia resultar. Com a finalidade de estagnar ou, ao menos diminuir as influências dos caracteres negros na formação da sociedade brasileira, surge um processo de tentativa de branqueamento, por onde buscou-se a impedir as relações inter-raciais entre brancos e negros para justamente mitigar as características raciais do negro na sociedade que se formava e, igualmente, ressaltar a permanência dos caracteres brancos europeus, modelo compreendido como modelo universal de humanidade.

A escala da identidade negra fragmenta sua força, impossibilita a compreensão dos problemas que surgem nas estruturas racistas, e inviabiliza as políticas de igualdade, ao mesmo tempo que garante a manutenção do *status quo* da população branca dominante (Santos, 2018). Entendemos, assim, que o colorismo se manifesta por diferentes vias. Ele parte do imaginário social, que cria uma escala de tom para determinar quem merece mais acesso e quem merece menos. É uma articulação pensada para anular a identidade e gerar conflitos de consciência.

É no imaginário social que “[...] as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro [...] O imaginário social é constituído e expressado por ideologias e utopias ...[e]...por símbolos, alegorias, rituais, mitos” (Carvalho, 1987, p. 11). Este é composto de relações imagéticas que se estruturam como memória afetiva e social de uma cultura. Falamos, então, de uma produção coletiva que guia as aspirações, medos e referências de uma nação. É através do imaginário social que os indivíduos organizam uma estrutura simbólica preenchida de paradigmas que são direcionados a determinados grupos dentro da sociedade, formando, assim, a ideia de senso comum.

Ser negro de pele clara muitas vezes é ser colocado em um lugar onde se é visto como menos negro. A prática enfraquece, inclusive, o enfrentamento ao racismo estrutural, já que age como agente de negação das culturas negras e indígenas e de suas diversidades internas, fixando, o ideal do bom, do belo e do verdadeiro nos termos da branquitude” (Rios, 2018, p.14-15). É rejeitada a ideia de que a forma como o racismo se manifesta tem a ver com onde ele está inserido, e não com o tom de pele.

Portanto, é uma perpetuação de uma ideologia arcaica que coloca o branco no topo da cadeia existencial, jogando à margem os que não se encaixam no perfil e criando, ao mesmo

tempo, um termômetro racial que cria subdivisões de falso pertencimento identitário, conforme discutiremos a seguir.

3.1 NOÇÕES DA IDENTIDADE NEGRA

O homem pós-moderno, antes de tudo, distorce as próprias noções de tempo e espaço, criando uma abstração temporal que permite a simultaneidade do ser nos espaços os quais ocupa. Para Bauman (2001), essa elasticidade leva-nos à ideia de que a identidade é modular e não hereditária. Os traços genéticos que herdamos dos nossos pais compõem características biológicas, mas não são suficientes para responder quem somos. A ideia de Bauman parte do seu entendimento de modernidade líquida, onde os corpos dispostos nos jogos sociais aparados pela tecnologia são fluídos e mutantes.

Em sua essência, a identidade é entendida como um conjunto de caracteres que servem para diferenciar um indivíduo frente seus semelhantes. Autores como Hall (2006) e Bauman (2001) veem a identidade como um espectro “metamorfo”, em permanente transformação provocada pela junção da história da pessoa, sua bagagem, contexto histórico e social e seus projetos.

A sociedade da informação, fomentada pela globalização e expansão tecnológica, tem sua identidade forjada não apenas pela herança genética, mas pela influência das culturas que repousam no globo conectado, pela memória e pelos produtos culturais que se consome. Assim pensa Hall (2006), que reforça a ideia de um hibridismo e desintegração presentes na consciência identitária do homem pós-moderno. Somos, afinal, parte de um todo que se constrói a partir da própria percepção do que se é.

A memória, aqui, assume um papel essencial na formação de comunidades imaginadas e referenciais simbólicos, estando diretamente associada ao processo de construção da identidade negra. Muito do que somos é formado da nossa herança cultural resgatada pela memória, conforme pontua Vassallo (2011):

A memória não deve ser pensada apenas como um fenômeno individual, mas também em sua dimensão social. Nesse sentido, está intimamente relacionada ao momento presente, ou seja, ao contexto em que indivíduos e grupos se encontram quando acionam suas lembranças. A memória é, portanto, seletiva: em função das situações vividas no presente, retiramos apenas alguns elementos do baú das nossas recordações. Mas, nesse processo, esses mesmos elementos são ressignificados, ou seja, adquirem um novo sentido, à luz das novas situações, interesses e emoções. Portanto, trata-se de um processo que vai do presente para o passado, ou, melhor dizendo, de um processo seletivo e ressignificado de recuperação do passado.

Os apontamentos da autora nos levam para um direcionamento onde a identidade negra é entendida como uma construção social, cultural e histórica, sendo composta de inúmeras

camadas e uma teia de diálogo e embates. Implica, segundo Gomes (2003, p. 3), " [...] a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro". O autor ainda aponta que a autoafirmação da identidade negra parte de um campo de construção política, indo muito além de assumir um tom de pele, é uma autoprojeção da sua voz frente à sociedade.

Mesmo que se tenha em mente que a ancestralidade determine a condição biológica com a qual nascemos, é preciso levar em conta toda uma produção social, cultural e política da identidade racial/étnica no Brasil. Vale mencionar que há um permanente ruído na compreensão dos termos raça e etnia, que Oliveira (2004, online) resolve definindo:

[...] a grosso modo, raça deveria ser um conceito biológico, enquanto etnia deveria ser um conceito cultural. Não sendo raça uma categoria biológica, etnia também se revela como um conceito que não é estritamente cultural, pois a delimitação de grupos étnicos parte de uma suposta alocação deles no conjunto dos grupos populacionais raciais sem abstrair a unidade do local de origem, e, para delimitar etnia, considera-se a concomitância de características somáticas (aparência física), lingüísticas e culturais.

Em linhas gerais, o que a autora tentar imprimir é o entendimento que o conceito de raça é, por natureza, uma convenção arbitrária baseada nas características aparentes das pessoas. Assim, o uso dos termos raça ou etnia está reservado à destinação política que se pretende dar a eles. Assumimos, baseados nos espectros supracitados, nossa condição de identidade negra a partir da necessidade de fazê-la ser reconhecida, incluindo todos os seus processos historicamente dolorosos, da escravidão colonial à estrutural.

A partir desse entendimento, focamos nos processos tecnológicos que jogaram, nas últimas três décadas – especialmente -, os atores sociais em um ambiente de projeção de fala, identidade e produção de discursos e sentidos. A internet, em um entendimento radical, mas real, reordenou as estruturas de entendimento de poder e possibilitou novas compreensões sobre quem se é ou quem somos enquanto coletivo. Fomentamos um espaço acessível, de alcance massivo e altamente interativo, e depositamos ali os fragmentos que dispúnhamos, coletando também o que o outro traz. É a mesma lógica de uma grande colcha de retalhos que usamos para explicar a globalização e seus nós.

3.2 AS PROJEÇÕES DAS IDENTIDADES EM REDE

Antes de adentrarmos nos casos mencionados e mapearmos os pontos discutidos até aqui, importa ainda clarearmos nossa visão acerca da percepção e projeção de identidades pós-

modernas no ciberespaço. Sibilia (2008, p.15) é quem nos guia rumo à uma compreensão imediata da mudança histórica que passamos nos últimos anos:

Nas últimas décadas, a sociedade ocidental tem atravessado um turbulento processo de transformações, que atinge todos os âmbitos e leva até a insinuar uma verdadeira ruptura em direção a um novo horizonte. Não se trata apenas da internet e seus universos virtuais para a interação multimídia. São inúmeros indícios de que estamos vivenciando uma época limítrofe, um corte na história; [...] Uma transição de um mundo para outro: daquela formação histórica ancorada no capitalismo industrial para outro tipo de organização social, que começou a se delinear nas últimas décadas.

O trecho, tirado do livro "O Show do Eu", faz parte de uma densa pesquisa da autora para entender o que ela chama de "tirantias da visibilidade", se referindo às novas configurações da subjetividade dos indivíduos pós-modernos, em uma dinâmica que empurra o "eu" para zonas externas. Falamos, de forma geral, do destrancamento da identidade e sua projeção no ciberespaço.

Nos últimos anos, fomos estimulados a projetar nossas vidas em rede e criar conexões. Ferramentas como Facebook e Twitter surgiram em torno de uma pergunta-chave que intimava a nossa projeção: “o que você está fazendo?”, “no que você está pensando agora?”. Junto à tecnologia, transformou-se também a nossa relação com a internet, de modo que caiu por terra o conceito de “estar on” e “estar off”. Para Santaella (2013), vivemos uma sociedade ubíqua - que podem ser encontrados em qualquer lugar e a qualquer hora- com tecidos relacionais emaranhados demais para se ligar ou desligar. O ciberespaço – se ainda o chamamos assim – passou a ser um membro extra à nossa habilidade de produzir, comunicar e relacionar. A autora, inclusive, usa o termo “ciborgues” e levanta questionamentos importantes acerca da nossa (falta de) percepção humana na relação com a tecnologia.

4. QUEM PODE SER PRETO

Entendendo um pouco dos conceitos que permeiam o problema desse estudo, partimos para a materialização dessas percepções sobrepostas. No primeiro caso, voltamos a maio de 2018, quando a atriz e sambista paulista Fabiana Cozza foi escalada para interpretar a protagonista de um musical que homenageava Dona Ivone Lara, cantora e compositora brasileira conhecida como a rainha do samba e marcada como a primeira mulher a assinar um samba-enredo de uma escola de samba do Rio de Janeiro, em 1965. A sambista, mulher negra de pele retinta, faleceu em abril de 2018.

A escolha de Fabiana como intérprete de Dona Ivone Lara partiu da família da própria sambista, em um gesto de reconhecimento da amizade que Dona Ivone cultivou com Fabiana ao longo da vida. À época, o neto de Dona Ivone, André Lara, chegou a dar entrevistas⁴ revelando que as sambistas eram amigas há mais de 20 anos e Fabiana conhecia a avó profundamente.

Após o anúncio, se instaurou nas redes sociais digitais um debate acalorado sobre identidade negra, muitas vezes sem que ao menos os envolvidos se dessem conta do âmbito em que se encontravam. Alguns movimentos sociais levantaram a polêmica de que Fabiana não seria negra suficiente para o papel e, a partir daí, adentra-se em um mar de discursos afiados que tentam fincar suas verdades como absolutas. É, em linhas gerais, um jogo invisível retroalimentado pelos atores envolvidos. Há disputas simbólicas de identidade que causam desconforto e provocam reordenamentos.

O coletivo "Site Mundo Negro", que se intitula como o primeiro portal de notícias do Brasil com conteúdo voltado para a comunidade negra, com mais de 280 mil seguidores no Facebook e Instagram e cerca de 40 mil no Twitter, a plataforma construiu, ao longo dos últimos 20 anos, uma autoridade no que diz respeito ao diálogo e valorização de pretos e pretas.

Após o anúncio de que Fabiana Cozza seria a intérprete da sambista mais famosa do país, o grupo usou suas redes sociais para denunciar o que considerou injustiça para com a representatividade negra. A publicação abaixo⁵ é de maio de 2018 e traz consigo conceitos “engessados” que ajudam a perpetuar a inesgotável luta contra o racismo.

⁴ Família de Dona Ivone Lara lamenta saída de Fabiana Cozza de musical em homenagem à cantora e compositora. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/familia-de-dona-ivone-lara-lamenta-saida-de-fabiana-cozza-de-musical-em-homenagem-a-cantora-e-compositora.ghtml>

⁵ Publicação do Site Mundo Negro sobre Fabiana Cozza – Maio de 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/sitemundonegro/posts/1938225929554162>



Figura 1 Post Mundo Negro - acervo pessoal da autora

O coletivo usa de recursos imagéticos para realçar o leque estrutural do colorismo. Com tom de indignação, a mensagem tenta proteger negros e negras de pele retinta, mas acaba por contribuir na escavação de um buraco social que pode enterrar a unidade da identidade negra. O Mundo Negro traz, ainda, um caso similar norte-americano envolvendo a cantora Nina Simone.

O que se segue na publicação é um caloroso embate entre quem concorda *versus* quem discorda. A princípio, os que compram o discurso parecem mais volumosos, mas há atores que contra-argumentam na tentativa de desconstruir tais símbolos.

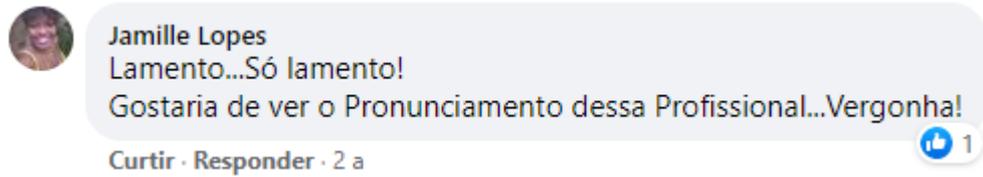


Figura 2 - Comentário 1 post Mundo Negro - acervo pessoal da autora

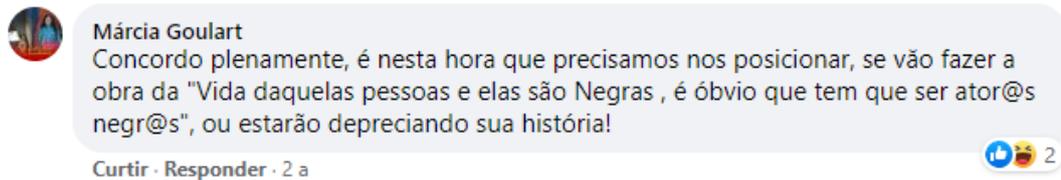


Figura 3 - Comentário 2 post Mundo Negro - acervo pessoal da autora

Os primeiros comentários mapeados são de pessoas negras que se inclinam a favor do manifesto do coletivo. Na figura 2 e 3, há uma clara exposição da indignação sobre o fato, evidenciando a luta de discurso que há dentro do movimento negro, levantando uma denúncia que evidencia que o negro de pele escura precisa lutar mais por seus direitos e espaços.

É Harris (2008) quem nos lembra de que o colorismo instaura dentro da identidade negra um sentimento de injustiça sob a falsa ideia de que negros de pele clara que têm acessos que os retintos não alcançam são menos negros, fomentando uma rivalidade que afasta a unidade do movimento. É importante frisar que, embora seja de fato privilegiado pelo sistema, o negro de pele clara não está livre do racismo, pois continua sendo uma pessoa não-branca. A figura a seguir traz o termo colorismo para o debate, mas ele é posto de forma a validar a crítica à Fabiana Cozza;

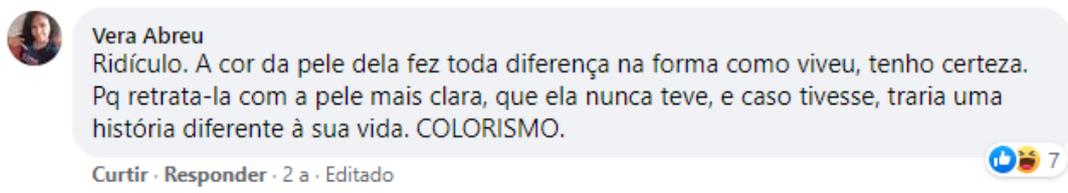


Figura 4 - Comentário 3 post Mundo Negro - acervo pessoal da autora

O comentário de Vera nega a negritude de Fabiana Cozza por ter a pele mais clara que a de Dona Ivone Lara, levando a usuária a cair na armadilha estrutural que o conceito arma para repartir a consciência negra. Trata-se, na verdade, de um discurso herdeiro de práticas eugenistas que foram plantadas no Brasil colonial e dão frutos até hoje, invadindo, inclusive, os círculos de discussão do movimento.

Na publicação, há mais quem compre que rejeite o discurso. Esses últimos, aparecem como atores que buscam desfazer uma percepção construída, conforme as figuras 5 e 6 a seguir.

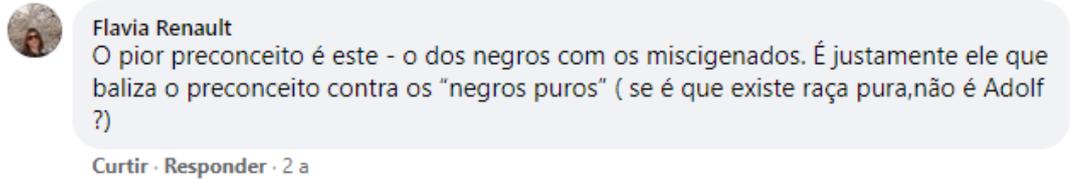


Figura 5 - Comentário 4 post Mundo Negro - acervo pessoal da autora

A usuária Flávia, da figura 5, traz o termo "negros puros" associado a Adolf Hitler para criticar os efeitos do colorismo, insinuando que haveria uma busca pela raça pura negra. Apesar de, historicamente, a comparação não ter contexto, a sugestão dos seus efeitos pode ser puxada para a roda: assim como o nazismo, o colorismo impossibilita a unidade de uma comunidade ao incentivar o rompimento da própria consciência identitária e assaltar a do outro.

Santos (2018, p.12) diz que o colorismo, em sua essência, “[...] não passa de um processo de transculturação do padrão branco de diferenciação étnica, na busca de uma maior divisão entre os povos oprimidos”, e que sua apropriação pelo movimento negro é uma ação negativada que muitas vezes busca a autoafirmação na negação do outro.

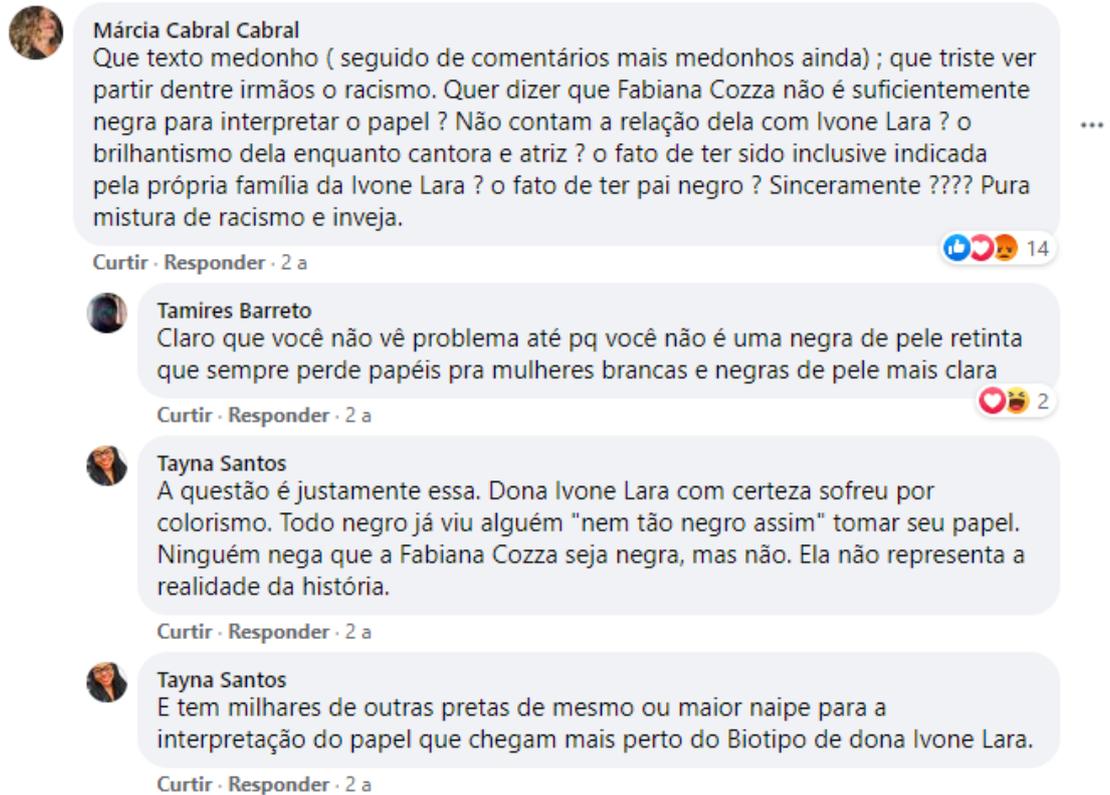


Figura 6- Comentário 5 post Mundo Negro - acervo pessoal da autora

Filho (2019) apud Guy Debord (1997) traz uma perspectiva sobre a sociedade do espetáculo para entender como a internet e as redes sociais absorveram profundamente a construção do escritor francês. A internet transbordou sua função original de transmissão de dados e configurou-se como um canal para a sustentação do eu, da participação, interação, criação, manifestação e ressignificação de relações. Assim, se “por um lado a internet é usada como um escapismo da realidade, por outro, existe uma nova significação sobre a sociedade e o modo de viver politicamente”.

Na figura 6, vemos um embate entre crenças sobre o mesmo tema. Aqui, a usuária Márcia coloca sua indignação com o manifesto do Site Mundo Negro, apontando as vias racistas que o colorismo imprime no movimento negro.

É interessante notar que há uma evidente necessidade de rebater, desfazer, refazer. O comentário de Márcia recebe 15 reações, ganha evidência no post via algoritmos da própria plataforma, e vira um alvo fácil para indivíduos depositarem sua posição contrária. Tamires e Tayna trazem um discurso que tenta desmontar o argumento de Márcia. Mais uma vez a dor das rejeições causadas pela escala do racismo, o colorismo, se manifesta nos discursos das antagonistas do comentário.

O jogo do colorismo não resolveu as angústias da elite intelectual colonial a curto prazo, mas implantou na história uma disputa imaginária onde todos saem perdendo. Novamente é Santos (2018, p. 11), quem reforça os esclarecimentos acerca das estruturas da estratégia colonial herdada pela atual sociedade:

[...] o colorismo negro é implementado como forma de favorecer determinados elementos em detrimento a outros da sua mesma epiderme ou herança étnica, buscando assim não apenas favorecer a divisão, mas também inspirar o branqueamento da população negra, tanto físico como intelectual, assim assistimos não apenas o crescimento de relações inter-raciais como também um distanciamento da população negra das suas próprias raízes.

Apesar de trazermos o recorte de apenas um perfil do movimento negro que levantou essa discussão, à época, o embate tomou conta de redes instantâneas como o Twitter, acendendo um embate que há muito queima na pilha de pautas sociais urgentes. Fabianna Cozza mergulhou em um mar de críticas e, mesmo com grande apoio de outros artistas, sociedade e parte da comunidade negra, cedeu à pressão e abriu mão do papel, projetando um discurso dolorido sobre as implicações do colorismo sobre a comunidade negra.

Fabiana renunciou ao papel oferecido publicamente através de suas redes sociais. Em carta aberta publicada junto a uma foto de Fabiana com Dona Ivone, a atriz expôs seu sentimento de frustração frente ao que considerou uma reação de rompimento das estruturas do movimento negro. O trecho abaixo, retirado da publicação oficial, revela diretamente a consciência de Fabiana sobre enfrentar os efeitos do colorismo enquanto mulher:

Renuncio por ter dormido negra numa terça-feira e numa quarta, após o anúncio do meu nome como protagonista do musical, acordar “branca” aos olhos de tantos irmãos. Renuncio ao sentir no corpo e no coração uma dor jamais vivida antes: a de perder a cor e o meu lugar de existência. [...] Renuncio porque vi a “guerra” sendo transferida mais uma vez para dentro do nosso ilê (casa) e senti que a gente poderia ilustrar mais uma vez a página dos jornais quando ‘eles’ transferem a responsabilidade pro lombo dos que tanto chibataram. E seguem o castigo. E racismo vira coisa de nós, pretos. E eles comemoram nossos farrapos na Casa Grande. (Online, 2018)



Figura 1 Carta renúncia Fabianna Costa - publicação oficial - acervo pessoal da autora

A publicação abriu uma nova roda de debates, gerou repercussão nas redes de Fabiana Cozza e na mídia em geral. Na publicação da sambista, os comentários são, em geral, manifestações de apoio à atriz, pedidos de que não renuncie e mensagens solidárias à situação. Há, em menor número, porém, atores que buscam enfrentar o posicionamento de Fabianna e fomentar combustível para os efeitos do colorismo, aqui já discutidos.

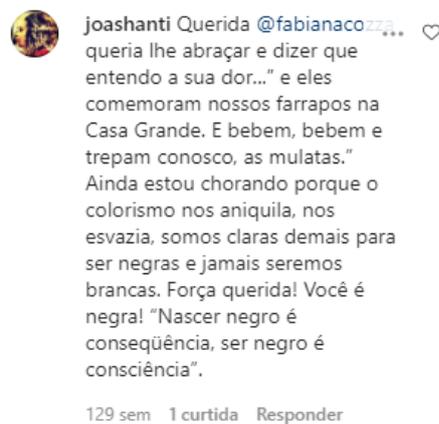


Figura 2- comentário 2 na carta renuncia de Fabiana Cozza - Acervo pessoal da autora

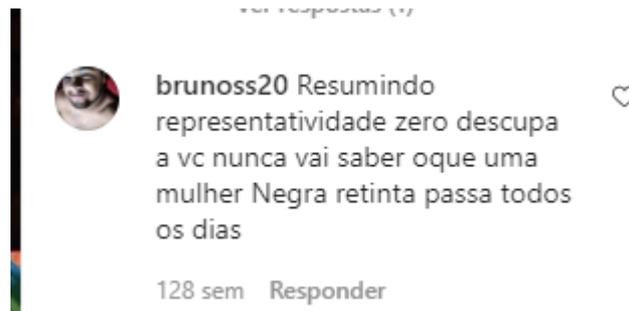


Figura 3- comentário 3 na carta renuncia de Fabiana Cozza - acervo pessoal da autora



Figura 4 - Comentário em matéria divulgada pelo Jornal o Globo em 3 de junho de 2018 - acervo pessoal da autora

As figuras 8 e 9 resumem o debate encontrado na publicação de Fabiana Cozza. O discurso do usuário @joashanti traz consigo a empatia e consciência sobre as discussões que construímos aqui sobre os efeitos do racismo ressoando em pretos e pretas, retintos ou não. Na figura 9, um usuário enfrenta o desabafo de Fabiana e traz para a roda um fato que ele, enquanto homem, também não pode responder. Há, aqui, um equívoco lógico que tenta controlar o acesso à identidade negra.

Na figura 10, retirada de um comentário na publicação feita pelo Jornal O Globo ⁶sobre a renúncia de Fabiana Cozza, a usuária @lu_senna usa de sarcasmo para projetar a sua indignação com o caso, provocando um debate que parece não ter uma solução dentro das noções de identidade negra: quem nos valida negros?

Não é a primeira vez que nos deparamos, enquanto sociedade e academia, com casos de anulação da identidade negra da mulher brasileira. Diariamente o colorismo infere diretamente nas direções que tomamos, enquanto negras e negros, indiferente à paleta medidora instaurada.

Na mídia, é uma pauta constante. Em 2019, a atriz brasileira Taís Araújo renunciou ao papel⁷ que viveria no cinema interpretando a cientista paulista Joana D'Arc Félix. À época, Taís caiu em uma discussão similar à de Fabiana exposta aqui: era considerada pelas comunidades e movimentos negros preta insuficiente para viver a cientista de pele retinta. Em agosto de 2020, a atriz americana Zoe Saldana pediu desculpas e disse se arrepender de ter interpretado Nina Simone ⁸na cinebiografia “Nina”, lançada em 2016. A atriz foi criticada por aceitar o papel na época, pois, segundo as acusações, Zoe era afro-latina e Nina Simone era uma mulher preta de pele retinta.

Nesses e em inúmeros outros casos, o colorismo funciona como agente de coerção, encurralando, revistando e assaltando a própria consciência de identidade e anulando a do outro, conforme argumenta Inocencio (1999, p.30):

A violência racial exerce duas maneiras distintas de coerção. Uma física e irrefutável, outra simbólica e questionável. No plano da estética esta coerção simbólica produz uma crise esquizofrênica na mente negra, que anula qualquer resquício de autoimagem positiva que nela possa haver. O dilema de ‘ser ou não ser’ é a questão, muito embora cause extrema angústia, porque o povo negro indubitavelmente o é. E ‘não ser’ significaria nada mais nada menos do que a escolha pelo suicídio coletivo, se não físico pelo menos espiritual.

No desdobramento da análise sobre o envolvimento e embates dos atores sociais deste caso, percebemos que as projeções impressas nos espaços em questão são negociações performáticas da construção de sentido da própria identidade e, sobretudo, da identidade do outro (Guimarães,2014). Os corpos e discursos aqui dispostos contribuem para o entendimento das implicações sociais provocadas pelo colorismo, dentro e fora do movimento negro.

⁶ Fabiana Cozza renuncia ao papel de Dona Ivone Lara no teatro. Leia a carta de renúncia na coluna de #MarinaCaruso. Disponível em: <https://glo.bo/2kHFKnA>, acesso em 20/11/2020

⁷ Taís Araújo desiste de viver cientista no cinema após polêmica sobre sua pele. Disponível em: [Taís Araújo desiste de viver cientista no cinema após polêmica sobre sua pele - Bem Paraná \(bemparana.com.br\)](https://bemparana.com.br/tais-araujo-desiste-de-viver-cientista-no-cinema-apos-polêmica-sobre-sua-pele). Acesso em 22/11/2020

⁸ Zoe Saldana pede desculpas por papel de Nina Simone: 'Ela merecia melhor. Disponível em: '... - Veja mais em <https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2020/08/05/zoe-saldana-pede-desculpas-por-papel-de-nina-simone-ela-merecia-melhor.htm?cmpid=copiaecola> . Acesso em 22/11/2020

4.1 E A PUBLICIDADE COM ISSO?

As discussões postas até aqui, ajudaram-nos a entender a origem, escoamento e reestruturação da prática do embranquecimento populacional e da reorganização social a partir das implicações do colorismo. É impossível, porém, não trazer à tona o papel da publicidade na reprodução e manutenção desses arcos.

Vendo a publicidade a partir de uma reordenação da produção de sentidos provocada pela ascensão da internet e construção de redes sociais online, deparamo-nos com questões pertinentes para a dissolução do problema que compõe esta pesquisa. Com a ubiquidade da vida em rede (Santaella, 2010), a publicidade passou a ter papel ainda mais incisivo na formação de construtos sociais imagéticos.

Foi visto com Bauman (2001) e Hall (2006) que a identidade do sujeito pós-moderno é fragmentada e mutável, sendo uma construção permanente a partir de vias hereditárias, sociais e culturais. Somos, em suma, parte do que consumimos diariamente via os inúmeros canais que nos atingem, já que “as identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação” “as identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação” (HALL, 2006, p.48). As representações simbólicas criadas pelas mídias publicitárias direcionam a visão que teremos - enquanto sociedade – sobre determinada questão.

Ao longo da história, a mídia e publicidade reforçaram estereótipos racistas que exclui a identidade negra do protagonismo. Apesar de ter uma população majoritariamente negra (56%),⁹construiu-se nas mídias a imagem de um Brasil branco, deixando à população negra os papéis secundários na narrativa da história, conforme lembra Rech (2003):

A TV, o teatro, o cinema e a publicidade, entre outras mídias, têm sido extremamente eficientes em vender, tanto para o exterior quanto internamente, a ideia de que o Brasil é um país de pessoas brancas (quando não louras), mesmo que, eventualmente, surja um negro subordinado em algum canto da tela ou no fundo de uma foto.

Na história audiovisual brasileira, a representação do *corpus* negro sempre foi abraçada pelo desejo colonial de branquear a nação. A construção de arquétipos imagéticos sobre a identidade negra criou um mito racial institucionalizado e naturalizado (ARAÚJO, 2006, p.73). Na mídia do Brasil, o branqueamento é uma forma de identificação, o que se vê na televisão ou

⁹ Negros representam 56% da população brasileira. Tv Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/tv/programas/noticias-1/2020/08/negros-representam-56-da-populacao-brasileira-mas-representatividade-em-cargos-de-decisao-e-baixa>. Acesso em 29/11/2020

nos meios de comunicação de forma geral, é a identidade a qual o brasileiro tem que se submeter. Sobre isso, Strozemberg (2004) diz:

O argumento central era que o discurso da propaganda, para ser eficaz, deveria provocar, no público consumidor, projeções identitárias “para cima”. Assim, na medida em que, no Brasil, predominava o ideal de beleza branco europeu – cabelos lisos, de preferência louros, olhos claros, traços finos –, o uso de negros não só desvalorizaria o produto como provocaria um sentimento de rejeição, tanto por parte de consumidores brancos quanto dos próprios negros, na medida em que, entre esses, prevalecia o ideal de embranquecimento. Por outro lado, a associação entre cor da pele e condição sócioeconômica era mais uma justificativa a favor da discriminação (STROZEMBERG, 2004).

As repetições simbólicas de locais inferiores nos papéis sociais contribuíram, ao longo dos anos, para o aumento da distância entre elite e não elite, brancos e pretos, e para o negacionismo da identidade afro-brasileira e indígena. (D’ADESKY, 2001, p. 93-94). Apesar da notável desconstrução de valores e inclusão representativa observadas nos últimos anos, é importante apontar que, enquanto instituição, a publicidade contribuiu – e ainda contribui – massivamente nas representações do corpo negro e na sua marginalização social. Freitas (2003) divide as representações estereotipadas no corpo negro na mídia em três esferas:

- 1- O negro passivo: identidade centrada na sexualidade (corpo) e alegria (espírito);
- 2- O negro violento: identidade associada à violência e à criminalidade;
- 3- O negro solitário: identidade que tenta se encaixar em um ideário embranquecido.

É fácil entender essas implicações na manutenção do racismo e do colorismo na sociedade. Por exemplo: ao colocar um negro de pele retinta em um papel de escravo em uma novela de época e uma atriz negra de pele clara em um papel de escrava liberta, inserida no contexto social, o construto imagético nos leva por um caminho que atribui o sofrimento ao mais preto e o sacrilégio ao mais branco. E essas esferas representativas funcionam como ferramenta de manutenção do pensamento e tratamento colorista da sociedade brasileira.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, percorreu-se uma jornada de entendimento sobre os efeitos sociais do colorismo na mídia brasileira através do resgate histórico da prática colonial eugenista, trazendo apontamentos sobre o escorregamento da prática para os dias atuais. O estudo de caso aqui abordado permitiu-nos mapear entendimentos e argumentos no universo de embate que se forma a partir da inserção do sujeito no ciberespaço e na projeção de sua voz. É, em sua

essência, um jogo de negociações identitárias que ocorre em rede e reordena posições e estruturas, provocando rupturas, aproximações e deslocamento entre os atores.

As análises discutidas ao longo da pesquisa trouxeram à tona a questão de percepção do nível de acesso social baseado na tonalidade da pele. Para alguns membros da comunidade negra está bem claro que a escala de sofrimento/merecimento baseada no mais e menos preto cria rachaduras internas no complexo cultural que é ser negro brasileiro. Para outros, o conceito faz sentido e, por isso, adentram o campo simbólico de não pertencimento e praticam a exclusão do outro.

Foi visto também, através de um levantamento bibliográfico, que a publicidade funciona como agente de manutenção da prática do colorismo. Homem e sociedade têm relação mediada por imagens. Ao não se reconhecer nas projeções impostas, o indivíduo preto se sente inadequado e vai se afastando da própria identidade em busca de um espaço inalcançável.

Na era digital de corpos expostos e ampliados, a moeda de poder se dá através da visibilidade que se dá a algo ou alguém. Os sujeitos, imersos na sociedade da inflação de informações, adentram um campo de discussão sobre os espaços cedidos a negros de pele mais clara e a invisibilização que isso gera sobre negros retintos. O sentimento observado simula um apartheid imagético que dissolve, distrai e enfraquece a luta contra o racismo, raiz da questão que nos ronda.

Na disputa por uma realidade imagética, o discurso, no caso de Fabianna Cozza, se concentra em questões de fenótipos, a ponto de concluir que pessoas negras de pele mais clara são menos negras por terem mais privilégios. Não há de se negar que o colorismo cria de fato níveis de acessos baseado no tom de pele, mas é preciso abrir discussões, como visto em alguns comentários coletados na pesquisa, no campo de reconhecimento da identidade negra: o lugar, o direito de ser, um ser-lugar.

O tema aqui abordado mostrou-se amplo e cheio de vislumbres acadêmicos que podem contribuir para discussões futuras que busquem sanar os problemas de uma sociedade que historicamente embranquece sua nação e inferioriza a imagem do preto. O dilema percebido, nesta perspectiva, encontra-se na luta pela visibilidade de negros de pele retinta *versus* a luta contra o racismo por fora dessas estruturas institucionais que gerenciam um sistema opressor que busca anular a unidade de uma identidade.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- CARVALHO, J. M. **A Formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- FRAGOSO, S.; RECUERO, R; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- GOMES, Lino Nilma. **Educação e identidade negra**. Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais, 2002 p.3
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2006.
- MUNANGA, Kabengelê. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**. Tese de Livre-Docência, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.
- HARRIS, Trudier. **“Pigmentocracy.” Freedom’s Story**, TeacherServe©. National Humanities Center. Disponível em <http://nationalhumanitiescenter.org/tserve/freedom/18651917/essays/pigmentocracy.html> Acesso em 11 de outubro de 2020.
- HERRING, Susan C. **Computer-mediated discourse analysis: An approach to researching online behavior**. In: BARAD, Sasha; KLING, Rob; GRAY, James J (eds.). *Designing for Virtual Communities in the Service of Learning*. New York: Cambridge University Press, pp. 338-376, 2004.
- OLIVEIRA, Fátima. **Ser negro no Brasil: alcances e limites**. *Estud. av.*, São Paulo , v. 18, n. 50, p. 57-60, abr. 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142004000100006&lng=pt&nrm=iso. acessos em 11 nov. 2020.
- SANTAELLA, Lúcia. **A Ecologia Pluralista da Comunicação**. Conectividade, mobilidade, ubiquidade. São Paulo: Paulus, 2013.

SIBILIA, Paula. **O show do eu: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. 286 p.

SILVA e SILVA, Tainan. **O colorismo e suas bases históricas discriminatórias**. Direito UNIFACS–Debate Virtual 201 (2017).

VASSALLO, Simone. **Identidade negra, cidadania e memória: os significados políticos da Capoeira de Angola contemporânea**." Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares 13.2 (2011).

FILHO, Antunes Edson. **A sociedade dos likes**. Revista Temátoca. Ano XV, n. 7. Julho/2019. NAMID/UFPB-<http://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/index>

SANTOS, Edson Bomfim. **Branquismo, pensamento colonizado e racismo no Brasil**. Anais do Seminário de Ciências Sociais 3 (2018).

RIOS, FLAVIA. **De qual mestiçagem estamos falando?** Reflexões sobre o embranquecimento, a democracia racial e o colorismo. In Boteco da Diversidade. Sesc. São Paulo.Pp.2-12.

GUIMARÃES, Thayse Figueira. **Embates entre performances corpóreo-discursivas em trajetórias textuais: uma etnografia multissituada**. Unpublished PhD dissertation, The Federal University of Rio de Janeiro, Brazil (2014).

RECH, Claudio Moser Daniel. **Direitos humanos no Brasil: diagnóstico e perspectivas**. Rio de Janeiro. Mauad. 2003.

TOSCANI, Olivieiro. **A publicidade é um cadáver que nos sorri**. Ediouro, Rio de Janeiro, 2000.

FREITAS, Ricardo Oliveira de. **O negro na mídia brasileira**. Revista espaço acadêmico – n. 31, Dezembro de 2003 – Mensal – ISSN 1519.6186

STROZENBERG. Ilana. **Branca, preta, híbrida: qual é a cor da beleza na propaganda brasileira hoje?** Disponível em:

<<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=15&id=14>> Acesso em 29/11/2020

D'ADESKY, J. **Pluralismo Étnico e Multi-Culturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

RAÚJO, J. Z. **A força de um desejo**: a persistência da branquitude como padrão estético audiovisual. Revista USP, São Paulo, nº 69, p.72-79, mar-mai 2006.